

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA
  - 1.1 – Comissão
- 2 – **ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – **MANIFESTAÇÕES**
- 6 – **REQUERIMENTOS APROVADOS**



### ATA

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS FURA-FILAS DA VACINAÇÃO, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2021**

Às 16h5min, comparecem à reunião os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins, Guilherme da Cunha e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e os deputados Hely Tarquínio, Cristiano Silveira, Tito Torres, Zé Guilherme, Bartô e Doutor Paulo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.255/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater, com a presença da ouvidora-geral do Estado, Simone Deoud, e da ouvidora da Saúde, Thamires Aguiar Maciel, as iniciativas tomadas pela ouvidoria em relação às denúncias de irregularidades na vacinação de servidores contra o coronavírus, com apresentação de relatório das denúncias recebidas no Portal da Ouvidoria, em que constem informações sobre a data da denúncia e seu conteúdo, as providências de investigação tomadas pela ouvidoria e os eventuais encaminhamentos realizados;

nº 8.256/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência de convidados, para a qual seja convidado o Sr. Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, controlador-geral do Estado, para debater o estágio atual da investigação interna sobre as denúncias de irregularidades na vacinação dos servidores contra o coronavírus;

nº 8.262/2021, dos deputados Ulysses Gomes, João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Noraldino Júnior, Cássio Soares e Repórter Rafael Martins, em que requerem seja o Sr. Carlos Eduardo Amaral, ex-secretário de Estado de Saúde, convidado a comparecer perante a comissão para prestar depoimento sobre a ocorrência, em tese, de desrespeito à lista de prioridades do Programa Nacional de Vacinação contra a Covid-19 no Estado;

nº 8.263/2021, dos deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, João Vítor Xavier, Repórter Rafael Martins e Guilherme da Cunha, em que requerem seja o Sr. Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG –, convidado para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo e o processo de elaboração e aprovação da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.314, de 29/1/2021;

nº 8.264/2021, dos deputados Cássio Soares, João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Ulysses Gomes, Repórter Rafael Martins e Guilherme da Cunha, em que requerem seja o Dr. Marcus Vinícius Pereira, gerente-geral de Saúde Ocupacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, convidado para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias da vacinação dos funcionários da ALMG que atuam no serviço de saúde da instituição;

nº 8.265/2021, dos deputados Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Guilherme da Cunha, João Vítor Xavier, Repórter Rafael Martins e Cássio Soares, em que requerem seja o Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, ex-secretário adjunto de Estado de Saúde, convidado a comparecer perante esta comissão para prestar depoimento sobre a ocorrência, em tese, de desrespeito à lista de prioridades do Programa Nacional de Vacinação contra a Covid-19 no Estado;

nº 8.266/2021, dos deputados Cássio Soares, João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Ulysses Gomes, Repórter Rafael Martins e Guilherme da Cunha, em que requerem seja a Sra. Josely Ramos Pontes, promotora de justiça de Defesa da Saúde de Belo Horizonte, convidada a prestar esclarecimentos sobre as investigações eventualmente em curso que tratam do desrespeito, em tese, da ordem de vacinação contra a covid-19 por servidores do Estado;

nº 8.267/2021, dos deputados João Vítor Xavier, Cássio Soares, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins e Guilherme da Cunha, em que requerem sejam requisitadas ao secretário de Estado de Saúde as cópias de todas as atas das reuniões do Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 –, criado pelo Decreto nº 47.886/2020, bem como de todas as deliberações do Programa Minas Consciente, com a sua regulamentação;

nº 8.268/2021, dos deputados João Vítor Xavier, Cássio Soares, Ulysses Gomes, Repórter Rafael Martins, Noraldino Júnior e Guilherme da Cunha, em que requerem sejam requisitadas ao secretário de Estado de Saúde informações relativas a todos os servidores, prestadores de serviços, estagiários, eventuais servidores cedidos ou mesmo com qualquer outra forma de vínculo laboral, com a identificação do seu vínculo com a administração direta e indireta do Estado, que tenham sido vacinados, contendo a data de sua vacinação, a sua matrícula ou outro identificador, idade, local de trabalho, se em regime presencial ou em *home office*, ainda que parcial, suas funções e o grau de exposição ao coronavírus, incluindo aqueles que tenham sido vacinados e posteriormente desligados, desde a data da primeira vacinação ocorrida em Minas Gerais;

nº 8.269/2021, dos deputados Ulysses Gomes, Cássio Soares, Guilherme da Cunha, Repórter Rafael Martins, João Vítor Xavier e Noraldino Júnior, em que requerem seja convidado o Sr. Fábio Baccheretti, secretário de Estado de Saúde, a comparecer perante a comissão para prestar esclarecimentos sobre a ocorrência, em tese, de desrespeito à lista de prioridades do Programa Nacional de Vacinação contra a Covid-19 no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2021.

João Vítor Xavier, presidente – Ulysses Gomes – Cássio Soares – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Zé Guilherme.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 24/3/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 302/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Esportes e ao comandante do Corpo de Bombeiros do Estado pedido de informações sobre a situação dos alojamentos de atletas de base do futebol mineiro e das escolinhas de aprendizagem de futebol, bem como sobre a situação dos alvarás de funcionamento e autos de vistorias do Corpo de Bombeiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.093/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas, mesmo já tendo sido reconhecido como uma associação privada, ainda continua cadastrado no banco de dados do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.156/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre o impacto da realização da Copa América de Futebol em Belo Horizonte e adjacências quanto às receitas geradas nos setores de serviços, de turismo e hoteleiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.458/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao delegado da Polícia Civil de Minas Gerais em Mariana pedido de informações sobre o desfecho do caso de maus-tratos a animais ocorrido no dia 22 de junho de 2019, nesse município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.756/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços disponibilizados no Estado para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas, discriminando o número de vagas existentes e a sua distribuição no Estado por modalidade de serviços e o número de crianças e adolescentes usuários de drogas atendidos nos últimos dois anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.978/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores repassados ao Hospital João XXIII e ao Hospital João Paulo II referentes às verbas de custeio, destinados à compra de materiais e insumos para atendimento médico nesses hospitais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.299/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre quantos servidores *ad hoc* exercem a função de escrivão em todos os municípios do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.654/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca de quantas e quais regiões do Estado possuem o programa Celebrate e quais delas estão com trabalhos paralisados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.808/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre a função a ser assumida pelo Terminal Rodoviário Israel Pinheiro, esclarecendo-se se será a de terminal rodoviário intermunicipal ou de terminal metropolitano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.885/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca da execução do programa Bolsa Verde, especificamente com relação aos editais abertos e não finalizados, ao planejamento do órgão para a conclusão do passivo de pagamentos pendentes e à viabilidade de abertura de novos editais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.356/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais empresas e linhas de ônibus atuam no transporte coletivo intermunicipal rodoviário do Estado, qual a arrecadação total de ICMS e outros tributos e taxas, quais empresas e linhas e o número de linhas, de veículos, de passageiros transportados, de bilhetes emitidos, bem como uma análise da arrecadação nos últimos 10 anos no setor. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 24/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.745, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

## 3ª Fase

Pareceres de redação final.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Visita da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fura-Filas da Vacinação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins, Roberto Andrade e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 24/3/2021, às 9 horas, à

Central Estadual de Rede de Frios da Secretaria Estadual de Saúde, localizada em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer as condições e o processo de armazenamento, controle de estoque e distribuição das vacinas contra a Covid-19 no local.

Sala das Comissões, 23 de março de 2021.

João Vítor Xavier, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO

Foi recebido, na 19ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 23/3/2021, o seguinte requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 7.560/2021

Do deputado Sávio Souza Cruz em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre qual tratamento precoce vem sendo adotado pelo Estado para os pacientes acometidos de covid-19 e seu respectivo embasamento científico, tendo em vista que, em entrevista à jornalista Leda Nagle, no dia 17 de março de 2021, o governador do Estado afirmou que: “tanto é que, entre o início da pandemia, que foi aproximadamente em abril, aqui em Minas, ano passado, no mês de agosto, nós tivemos uma melhoria muito grande no que diz respeito ao tempo que as pessoas ficavam internadas, exatamente por causa do tratamento precoce. Então ele ajuda muito a evitar que a pessoa seja internada e, mesmo quando internada, que ela tenha uma alta com mais rapidez. [Ele ajuda o sistema de Saúde]. Se não fosse ele [tratamento precoce] o colapso já teria acontecido há muito mais tempo”. (– À Mesa da Assembleia.)



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Renato Gavião, delegado regional de Polícia Civil de Pouso Alegre, pelo comando da operação que desmantelou uma quadrilha especializada na prática de furto de gados, que vinha praticando esse crime em diversas cidades do Sul de Minas, e que culminou na prisão de vários integrantes da quadrilha no interior do Estado de São Paulo, em 16/2/2021 (Requerimento nº 7.478/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais civis que participaram da investigação que resultou na prisão dos principais autores de roubo de caminhões transportadores de carga da região do Médio Jequitinhonha e Alto Rio Pardo, em Medina (Requerimento nº 7.482/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Polícia Militar e a Polícia Civil de Campos Altos pelo brilhante trabalho em ação conjunta que recuperou, em 20/1/2021, em Campos Altos, na região do Alto Paranaíba, 830 peças de dormentes que haviam sido furtadas de uma linha férrea, em dezembro do ano passado (Requerimento nº 7.483/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de repúdio ao advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação (Requerimento nº 7.486/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de repúdio ao juiz Rudson Marcos por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação (Requerimento nº 7.487/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de repúdio ao promotor de justiça Thiago Carriço de Oliveira, por deturpar fatos relativos a um crime de estupro, com base em acusações misóginas, expondo a vítima a sofrimento e humilhação (Requerimento nº 7.488/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher).



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 540/2019\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Professor Wendel Mesquita requer a V. Exa., nos termos do art. 46, III, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os motivos pelos quais não foram exigidos, anteriormente à concessão da Licença Prévia concomitante à Licença de Instalação, os documentos complementares à instrução do Processo de Licenciamento nº 00151/1987/015/2013, do Conselho Estadual de Política Ambiental, conforme Ofício nº 214/2018/DREG/SUPRAM-CM.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 23/3/2021.

#### REQUERIMENTO Nº 820/2019

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve, requer a V. Exa., nos termos do art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda em Belo Horizonte pedido de informações sobre o montante de recursos dos últimos 10 (dez) anos, detalhados por mês, provenientes de impostos arrecadados pelo estado com a Refinaria Gabriel Passos (Regap), localizada no município de Betim.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 1.057/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e Celinho Sintrocel, aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 30/4/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre a suposta vantagem concedida às concessionárias de veículos nos procedimentos de emplacamento, tendo em vista que, segundo denúncias apresentadas a essa comissão, as empresas estariam realizando o emplacamento de veículos diretamente em nome das pessoas físicas adquirentes, cobrando pelos lacres – em que pese serem gratuitamente fornecidos pelo Estado – e se eximindo do recolhimento dos emolumentos do Sistema de Fábrica de Placas – Sifap –, e sobre o montante recolhido em decorrência das atividades dessas empresas, nos últimos cinco anos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 30/04/2019, que teve por finalidade debater suposta ocorrência de cartel na comercialização de placas de identificação de veículos no Estado, com indícios de crime contra a ordem econômica, tipificado no art. 4º da Lei Federal nº 8.137, de 1990 bem como debater os procedimentos relativos aos registros de veículos automotores no âmbito do Estado.

Sala das Reuniões, 30 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.455/2019\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informação sobre o montante atualizado da dívida financeira do Estado com o Hospital Santa Rosália, no Município de Teófilo Otoni, bem como o detalhamento dos valores dos convênios celebrados, até o momento, com a instituição.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 23/3/2021.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.856/2019\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento dos deputados Bartô e Celinho Sintrocel aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/6/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG pedido de informações sobre os resultados aferidos para potabilidade da água pelo consumidor final conforme os parâmetros de vigilância da qualidade da água do Ministério da Saúde (Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/9/2017 do Ministério da Saúde, que, originalmente, constavam no art. 4º da PRT MS/GM 2914, de 2011), nos anos de 2018 e 2019, nos Municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte de 7/6/2019, realizada em Timóteo, que teve por finalidade debater o fornecimento de água pela Copasa-MG na Região Metropolitana do Vale do Aço-RMVA.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 23/3/2021.

#### **REQUERIMENTO Nº 2.290/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 17/7/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em mapa do fornecimento de água e de esgotamento sanitário no Município de Timóteo, com indicação de bairros e regiões e a extensão da cobertura.

Sala das Reuniões, 17 de julho de 2019.

Bartô, presidente.

#### **REQUERIMENTO Nº 2.614/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Zé Reis aprovado na 20ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2019, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o custo de manutenção da MG-202 e o valor previsto para a manutenção dessa rodovia para o ano de 2019 referente ao trecho rodoviário que liga o Município de Ubaí ao Município de Ponto Chique.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2019.

Léo Portela, presidente.

#### **REQUERIMENTO Nº 2.839/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Noraldino Júnior aprovado na 18ª Reunião Ordinária, realizada em 12/9/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as necessidades atuais de melhorias de infraestrutura e de equipamentos da Polícia Militar de Meio Ambiente para atendimento mais eficaz às ocorrências de incêndios florestais no Estado.

Sala das Reuniões, 12 de setembro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

#### **REQUERIMENTO Nº 3.139/2019\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Rosângela Reis aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 9/10/2019 solicita a V. Exa., nos termos regimentais seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a possibilidade de instalação de Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – para o 14º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais em Ipatinga, objetivando ao atendimento às ocorrências de violência doméstica na região.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

\* – Publicado na forma aprovada em 23/3/2021, com as Emendas nºs 1 e 2.

#### **REQUERIMENTO Nº 4.345/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de pagamento da premiação dos beneficiários do Programa Poupança Jovem, já que o benefício não está sendo repassado aos alunos inscritos desde 2014 e até o primeiro semestre de 2019, o Governo estava em débito com mais de 40 mil estudantes das 9 cidades que fazem parte do Programa em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2019.

Delegada Sheila (PSL).



**Justificação:** O Poupança Jovem representa um incentivo ao bom desempenho acadêmico. Além de servir como uma premiação para os estudantes que se esforçam por boas notas e que buscam participar de atividades extracurriculares, a bonificação do Programa permite com que muitos jovens possam ajudar os pais com despesas do lar.

Desde 2014, o benefício não está sendo repassado aos alunos inscritos no Poupança Jovem que se formaram na rede pública. Até o primeiro semestre de 2019, o Governo estava em débito com mais de 40 mil estudantes das 9 cidades que fazem parte do Programa em Minas Gerais.

Os alunos inscritos no Poupança Jovem merecem uma satisfação pelo atraso do pagamento do benefício de três mil reais (mil reais por ano aprovado no Ensino Médio), já que o repasse desse valor é previsto pelo Programa no momento da inscrição. Sendo assim, gostaria de solicitar o apoio dos nobres integrantes desta Casa Legislativa para a aprovação e encaminhamento deste pedido de informações para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que informe aos beneficiários do Poupança Jovem a previsão para que esta dívida seja quitada.

#### REQUERIMENTO Nº 5.657/2020\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o [art. 233, XII, do Regimento Interno](#), seja encaminhado ao Secretário de Estado da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o eventual plano de fechamento do Sistema Nacional de Emprego – Sine – localizado no município de Uberlândia.

Requer, também, informações sobre as ações decorrentes desse plano, como a possível transferência dos atendimentos do Sine para Unidade de Atendimento Integrada – UAI, especificando quais e quantos atendimentos e encaminhamentos são realizados diariamente no Sine do município, bem como informações sobre a forma como será realizado o atendimento e qual será a metodologia de prestação dos serviços, considerando se o trabalho será realizado por funcionários públicos ou empresas terceirizadas.

Requer, ainda, que essas informações sejam complementadas com estudos realizados sobre os impactos de tal decisão para os trabalhadores que prestam serviço no SINE Uberlândia e se existe uma avaliação de que haverá melhora na qualidade do atendimento aos cidadãos que buscam serviços nesta unidade.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 23/3/2021.

#### REQUERIMENTO Nº 6.376/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus e do deputado André Quintão aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/9/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os documentos enviados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – relativos à privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG.

Por oportuno, informa que a 5ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a privatização da Copasa-MG e suas consequências sob a ótica do direito humano à água bem como a vida dos povos inseridos em territórios ameaçados pela falta d'água em decorrência das privatizações e dos grandes empreendimentos, tais como a possível implementação da Usina Hidrelétrica de Formoso.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2020.

Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**REQUERIMENTO Nº 6.560/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Carlos Henrique requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, e do art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informação sobre o novo local onde serão alocadas as federações esportivas que deverão desocupar as salas do Estádio Jornalista Felipe Drummond, mais conhecido como Mineirinho, até o fim de junho de 2021.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 23/3/2021.

**REQUERIMENTO Nº 6.609/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca da decisão de suspensão do acesso às informações do sistema de monitoramento eletrônico para as Polícias Militar e Civil, em descumprimento à Lei nº 13.968, de 2001, ao art. 397 da Constituição do Estado de Minas Gerais e ao inciso VI do art. 4º, da Resolução Conjunta SEDS/TJMG/MPMG/DPMG/PMMG/PCMG/OAB-MG nº205/2016, bem como sobre o fim da equipe de inteligência que fiscalizava o acompanhamento da pessoa monitorada.

Por oportuno, informa que a 18ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater o funcionamento da Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica, vinculada a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – , uma vez que, segundo informações, o mencionado setor de inteligência se encontra com graves problemas, decorrentes principalmente da falta de efetivo para a respectiva monitoração e da possibilidade de crescimento do número de condenados com tornozeleira eletrônica.

Sala das Reuniões, 27 de outubro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**REQUERIMENTO Nº 6.807/2020**

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 71/2020, apresentada por Junior José da Silva e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a função a ser assumida pelo Terminal Rodoviário Israel Pinheiro, se como terminal rodoviário intermunicipal ou terminal metropolitano.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº 7.469/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja instaurando procedimento criminal e administrativo para apuração e responsabilização acerca da morte do adolescente no Centro Socioeducativo em Divinópolis, bem como para a averiguação de eventuais violações de direitos humanos.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 7.470/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que o governo, por meio da Sedese, intervenha junto à Funai para efetivar, em âmbito estadual, políticas de defesa e preservação dos povos maxacalis, que hoje residem em Ladainha, no Vale do Mucuri, considerando-se que, após decisão da Prefeitura de Ladainha de não renovar o contrato de arrendamento dos terrenos da Aldeia Nova, cerca de 400 famílias ficaram sem ter onde residir em definitivo, e nesse contexto de pandemia de covid-19, essa população requer ainda maiores cuidados para evitar os riscos de contaminação de toda a comunidade.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 7.472/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja pautado o Projeto de Lei nº 1.975/2020, que dispõe sobre a suspensão do cumprimento de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em despejos, desocupações ou remoções forçadas durante o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia de covid-19.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 7.473/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências relativo ao descredenciamento de pátios na região Sul do Estado e ao suposto direcionamento das remoções para um único pátio, localizado em Paraguaçu, com credenciamento para uma área de 3.500m, que atenderia a 10 cidades.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 7.474/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que

reforcem o efetivo policial no Município de São João Nepomuceno e realizem, com a brevidade possível, força-tarefa de combate aos crimes que vêm ocorrendo no município, especialmente homicídios.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 7.475/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam convocados os candidatos excedentes no Curso de Habilitação de Oficiais – CHO/2020 –, tendo em vista o princípio da economicidade e da valorização do público interno, bem como os argumentos administrativos e legais já apresentados pela comissão de representantes dos excedentes, em documento entregue ao chefe do Estado-Maior, Cel.-PM Eduardo Felisberto Alves.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 7.476/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que forcem o efetivo policial no Município de Itamarandiba e realizem, com a brevidade possível, força-tarefa de combate aos crimes que vêm ocorrendo no município, tendo em vista depoimentos de moradores, vítimas constantes de furtos e roubos.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 7.477/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências com vistas à adaptação de meios de comunicação por rádio nas viaturas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** As viaturas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais não são equipadas com rádio de comunicação ou qualquer outro mecanismo para tais fins. Considerando que o meio de comunicação é ferramenta de trabalho para os policiais, entendemos necessária tal adequação nas viaturas. Desta forma, peço apoio aos nobres para a aprovação deste requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 7.480/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Bartô aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao governador do Estado, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a revogação imediata da Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020 firmada entre esses órgãos, tendo em vista o seu impacto negativo para a população mineira em decorrência do alto índice de presos liberados que se envolveram em crimes, conforme demonstram dados divulgados pelo Ministério Público de Minas Gerais - MPMG.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** Em março de 2020, foi editada a Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020, que recomendou a aplicação da prisão domiciliar aos presos condenados em regime aberto e semiaberto, bem como avaliação de medida alternativa à prisão a todos os detentos que se enquadrassem no grupo de risco. Após nove meses de aplicação da Portaria, o Ministério Público de Minas Gerais, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, e com auxílio do Departamento Penitenciário do Estado, realizou levantamento estatístico em relação à medida implementada. Entre os dias 16/3/2020 e 31/12/2020 foram liberados 12.385 presos. Nesse período, registraram-se 11.082 ocorrências policiais envolvendo os presos liberados, sendo que 33,65% (4.167) deles cometeram novos crimes. Esses crimes foram praticados em 450 municípios distintos, indicando que 52,94% dos municípios mineiros foram afetados pela soltura dos detentos. Ainda, de acordo com o estudo, do total de presos liberados, 55,54% se envolveram em mais de uma ocorrência. Foram identificados 687 registros em contexto de violência doméstica, sendo 236 ameaças, 162 vias de fato/agressões, 148 lesões corporais, 39 descumprimentos de medida protetiva de urgência, 03 estupros de vulneráveis, 2 homicídios, 1 estupro, entre outros. Houve um total de 200 registros de homicídio, sendo 123 consumados e 77 tentados. Em relação aos presos que não foram liberados, constatou-se que 4.335 testaram positivo para Covid-19 e 09 evoluíram para óbito, o que revela que houve 0,20% de mortes de pessoas reclusas no sistema penitenciário mineiro. Portanto, diante dos dados estatísticos apresentados pelo Ministério Público de Minas Gerais, conclui-se que o resultado da liberação de presos foi prejudicial à população, devendo tal medida ser imediatamente revogada a fim de evitar que maiores danos sejam causados.

**REQUERIMENTO Nº 7.481/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Carlos Henrique aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para o retorno imediato da entrega postal da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – no endereço cadastrado pelo condutor no Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** É sabido por todos que, para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – o cidadão tem que arcar com os respectivos custos, normalmente elevados, dentre as quais se inclui a taxa de entrega, por meio dos Correios, no endereço cadastrado no Detran-MG. Sabe-se, também, que esse procedimento não vem ocorrendo, não por culpa do cidadão, mas em

função da alteração determinada pelo próprio Órgão de Trânsito do Estado, o que, conseqüentemente gera aquele um novo custo e transtorno, uma vez que tem a responsabilidade de retirar pessoalmente, o documento de habilitação na sede ou no endereço indicado pelo Detran-MG. Assim, resta claro que, ao ser forçado a retirar o documento no local indicado pelo Detran-MG, normalmente distante de sua residência, o cidadão tem que arcar não só com os custos de deslocamento como também, na maioria das vezes, é forçado a deixar seus afazeres, o seu trabalho, gerando-lhe um verdadeiro desconforto, que se frisa, já paga o valor da postagem embutida na taxa do Detran-MG para emissão do documento em questão. Esse é, pois, o motivo deste requerimento, que tem por objetivo a tomada de providências, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, no sentido de que as carteiras de habilitação sejam entregues nos endereços informados pelos cidadãos. Portanto, de todo esperado que seja atendida tal solicitação, a fim de que o cidadão tenha a comodidade de recebimento do documento de habilitação em sua residência ou outro local indicado, já que pagou pelo serviço. Dada a relevância para a população, especificamente para os condutores de veículos automotores deste Estado de Minas Gerais, invocamos o apoio do Plenário para a aprovação deste requerimento que têm por objetivo a retomada, pelo Detran-MG, da entrega postal das carteiras de habilitação aos cidadãos mineiros.

#### **REQUERIMENTO Nº 7.484/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à presidência do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais pedido de informações sobre as farmácias que aderiram à campanha Sinal Vermelho, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, no Estado.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

#### **REQUERIMENTO Nº 7.485/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que seja divulgada, no âmbito do Poder Executivo, a campanha Sinal Vermelho, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, promovida pela Associação dos Magistrados do Brasil – AMB –, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, e que os depoimentos de mulheres que foram salvas pela campanha sejam exibidos nos órgãos de comunicação do Estado, especialmente no canal de televisão Rede Minas.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

#### **REQUERIMENTO Nº 7.493/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/3/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à coordenação da Mesa de Diálogos e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para que se

priorize e promova, em caráter de urgência, todos os debates e negociações cabíveis destinadas à resolução do conflito envolvendo a Ocupação Vitória e a Prefeitura de Diamantina.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).